



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO EM PAU DOS FERROS/RN

Área temática: COMUNICAÇÃO

Éden Malveira dos Santos<sup>1</sup>; Renato Victor Torres de Medeiros<sup>2</sup>; Eduardo Raimundo Dias Nunes<sup>3</sup>; Almir Mariano de Sousa Junior<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Programa Acesso à Terra Urbanizada

<sup>2</sup>Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Programa Acesso à Terra Urbanizada

<sup>3</sup>Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Pesquisador do Programa Acesso à Terra Urbanizada

<sup>4</sup>Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Coordenador do Programa Acesso à Terra Urbanizada

Resumo: O Plano Diretor Participativo é uma lei instituída pelo poder legislativo municipal. Foi criado pela Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Esta lei orienta a cidade abrangendo áreas urbanas e rurais, corrigindo os problemas existentes e planejando o futuro. No entanto, o Plano Diretor Participativo propõe alterar a dinâmica imobiliária, reduzindo desigualdades, democratizando o acesso à moradia digna, à infraestrutura, aos equipamentos urbanos e espaços públicos e à mobilidade urbana. Serve como base legal e estímulo para a gestão participativa e cidadã do município. A partir de então, essa pesquisa tem como objetivo estudar a criação do Plano Diretor Participativo no município de Pau dos Ferros/RN e assim compreender a sua importância para desenvolvimento da cidade e analisar as atividades já realizadas em benefício da sua construção. Para tanto, a metodologia adotada caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória, com uma abordagem de dados qualitativa e quantitativa. O plano diretor tem como sentido organizar a cidade para o futuro, visando

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



o coletivo. Ou seja, a implantação de uma política de estruturação da cidade para o benefício de todos os atores sociais. Logo, há inserção do direito à cidade na construção do Plano Diretor Participativo, pois a população poderá opinar sobre os problemas que enfrentam e propor melhorias. Assim, os cidadãos estão exercendo o exercício pleno de cidadania e implantando uma gestão democrática para a cidade.

Palavras-chave: Plano Diretor Participativo; Desenvolvimento; Gestão Democrática.

### 1. Introdução

O Plano Diretor Participativo é uma lei municipal instituída pela Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, que propõe alterar a dinâmica imobiliária, valorizando ou desvalorizando áreas e propriedades, reduzindo desigualdades; ajudar a gerar oportunidades de emprego; democratizar o acesso à moradia digna, à infraestrutura, aos equipamentos urbanos, espaços públicos e à mobilidade urbana, desta forma, desenvolver a cidade. O documento final deve ser aprovado pela câmara municipal e em seguida pelo prefeito, para que possa entrar em vigor.

Durante o processo de elaboração do documento, uma das etapas mais importantes é o momento em que a população pode opinar através de audiências públicas. Nessas audiências, temas são discutidos e o desenvolvimento do trabalho é apresentado, é daí que se designa a denominação Participativo. Segundo o Programa Acesso à Terra Urbanizada (2015), ninguém melhor do que os habitantes da cidade para falar sobre os problemas que enfrenta todos os dias e expor o que acha necessário melhorar, já que o Poder Público tem uma análise diferente sobre a mesma situação. Ainda que, isso evita que sejam aprovados artigos que beneficiem grupos ou segmentos específicos de maneira isolada, já que o objetivo é a melhoria do bem-estar do coletivo.

O Estatuto da Cidade aborda uma visão sobre o processo de elaboração e implantação dos Planos Diretores:

A exigência pelo Estatuto da Cidade de elaboração dos planos diretores municipais, bem como a definição de um prazo para isso, deu início a um grande processo de mobilização também junto aos movimentos populares. O conceito de “plano diretor participativo” passou a qualificar discussões e pressões sobre os Executivos municipais. A primeira batalha

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

a ser travada foi, na maioria das cidades, exatamente a questão da participação da sociedade. Argumentos autoritários ou tecnocráticos questionavam a capacidade de a população participar da elaboração dos planos. A tradição de planos diretores feitos por especialistas, em geral por consultorias contratadas e sem nenhum diálogo com a cidade, ainda hoje, permeia as práticas de planejamento. Tampouco havia um consenso ou uma norma para avaliar o que se podia ou não qualificar de “participativo”. [...] No entanto, foram inúmeros os casos de conflitos nos municípios sobre o tema da participação. Por meio de pressões, manifestos e também demandas ao Ministério Público e ao Judiciário, os movimentos, articulados com outros segmentos, exigiram participar não só das audiências públicas, mas de todo o processo de elaboração. Foram batalhas que levaram meses e algumas delas conseguiram interromper ou alterar o processo, garantindo alguma reversão em favor da sociedade. Em diversas cidades, ações civis e representações no Ministério Público, Defensorias Públicas e mobilizações do povo nas Câmaras Municipais e Prefeituras questionaram a forma de elaboração de planos diretores e também o seu conteúdo depois de aprovado (CARVALHO; ROSSBACH, 2010, p.26).

Através da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) em parceria com o Programa Acesso à Terra Urbanizada propuseram a elaboração do Plano Diretor Participativo do município de Pau dos Ferros/RN. Criando um vínculo com a prefeitura municipal de Pau dos Ferros, estado do Rio Grande do Norte, empresa pública que conta com mais de 1000 funcionários atuando em diversos segmentos. Na qual, possibilitou estágios (uma ferramenta de conhecimento extracurricular) aos alunos da referida instituição de ensino para atuarem em atividades relacionadas a arquitetura e a engenharia.

O objetivo do projeto de extensão universitária é elaborar o Plano Diretor Participativo e assim, nortear o desenvolvimento da cidade baseado na opinião pública e a participação da população, corrigindo as dificuldades existentes e planejar o futuro, assim propor uma nova estrutura para o município, reduzindo a desorganização e valorizando a dinâmica dos espaços públicos e privados.

## 2. Material e Metodologia

Marconi; Lakatos (2002), definem pesquisa como instrumento fundamental para a resolução de problemas coletivos. Como metodologia de pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado para analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Em que segundo Severino (2007), A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. e o pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p.122).

Desenvolveu-se ainda a pesquisa documental, a qual se assemelha muito com a pesquisa bibliográfica, porém difere na natureza das fontes. A diferença está na natureza das fontes, pois a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL 2008).

Para o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo é necessário seguir diversas atividades que podem ser observadas através do fluxograma na Figura 1.

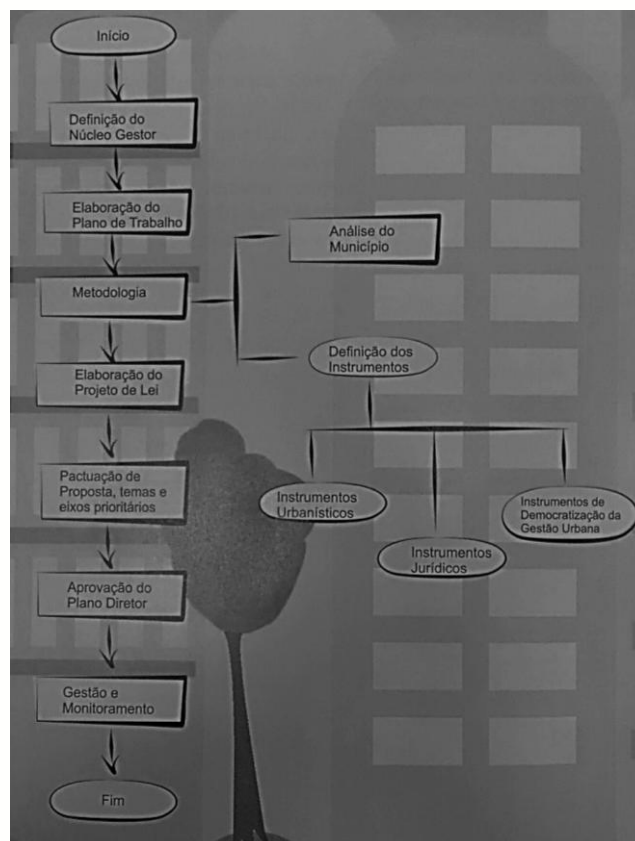


Figura 1: Fluxograma para Elaborar o Plano Diretor Participativo.

Fonte: Programa Acesso à Terra Urbanizada, 2015.



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A área de estudo é a cidade de Pau dos Ferros, localizada na região Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, com uma população estimada de 29.954 habitantes (IBGE, 2015). A cidade é considerada um polo regional (essa característica pode ter influência na criação do documento) e exerce influência também sobre cidades de estados vizinhos como Ceará e Paraíba, como é mostrada na Figura 2.

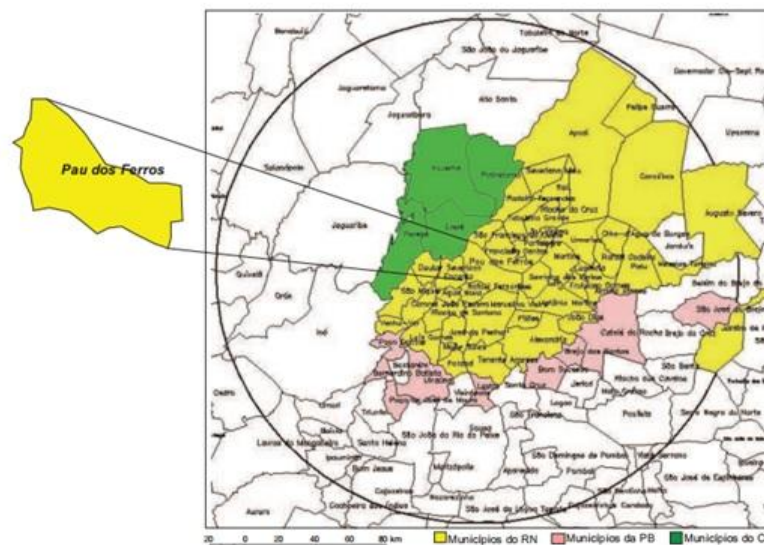


Figura 2: Área de influência de Pau dos Ferros.

Fonte: Dantas e Clementino, 2013.

### 3. Resultados e Discussões

O processo de elaborar o Plano Diretor começa pela instalação do Núcleo Gestor, composto de representantes do poder público e da sociedade civil. Ele deve expressar a diversidade de todos os setores sociais atuantes no município. O Núcleo Gestor tem papel estratégico: cabe a ele preparar, conduzir e monitorar a elaboração do Plano Diretor. Portanto, as atribuições ao Núcleo Gestor são: formular os planos de trabalho de elaboração técnica e mobilização social; elaborar o cadastro das organizações sociais atuantes da sociedade civil; coordenar os núcleos de comunicação, de informação/capacitação e de organização da participação; propor critérios para decidir

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

prioridades; assegurar o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente; compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo processo.

Durante a formação do Núcleo Gestor foi realizado palestras com respectivos temas e suas descrições:

## 1. MAPEAR RISCOS PARA OCUPAÇÃO URBANA

Identificar as áreas de risco, de escorregamento, erosão, inundação, contaminação do subsolo ou outros fenômenos desse tipo, e as áreas degradadas que exijam ações especiais de recuperação.

## 2. MAPEAR ÁREAS PARA PRESERVAÇÃO CULTURAL

Indicar área e/ou elementos de interesse, para que sejam oficialmente protegidos pelo poder Público, em seus diferentes níveis de governo, se houver.

## 3. IDENTIFICAR ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, TOMBADAS OU PROTEGIDAS E AS ÁREAS DE VALOR CULTURAL OU SIMBÓLICO PARA A COMUNIDADE.

Indicar área e/ou elementos de interesse, para que sejam oficialmente protegidos pelo poder Público, em seus diferentes níveis de governo, se houver. Identificar áreas de preservação de patrimônio histórico e cultural, tombadas ou protegidas e as áreas de valor cultural ou simbólico para a comunidade.

## 4. MAPEAR A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Indicar situação da propriedade da terra (regular e irregular), a distribuição e forma de uso da propriedade, como por exemplo, imóveis, lotes ou glebas vazias, especialmente os que já sejam servidos de infraestrutura.

## 5. MAPEAR A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE E DO TERRITÓRIO

O núcleo inicial da cidade, seus marcos de origem, referências históricas e culturais, principais períodos e fatores que determinaram a forma de ocupação.

## 6. MAPEAR A INSERÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO

Em relação à circulação de pessoas, de mercadorias, de bens e serviços; devem ser analisados e mapeados os vínculos entre municípios, sejam vizinhos ou não.

## 7. MAPEAR INDICADORES DE MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO

Indicar e mapear os deslocamentos da população, circulação viária, transportes na cidade e na região; localizar áreas de maior incidência de acidentes de trânsito; quantificar frota de veículos, ônibus, automóveis, bicicletas, polos geradores de tráfego, dentre outros.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



Exemplos: população por bairro e densidade, população por faixa etária e escolaridade, população por condições de emprego e de renda familiar e crescimento ou evasão de população.

### 8. MAPA DA OCUPAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

Atividades e formas de uso e ocupação do solo já existentes, formais e informais, regulares ou não, vazios urbanos e zona rural, áreas habitacionais, indicando diferentes padrões existentes na cidade, áreas com edificações de maior altura, densidades habitacionais, morfologias.

### 9. MAPAS DA INFRAESTRUTURA URBANA

Redes de infraestrutura (esgotamento sanitário, água, luz, telefone, drenagem, TV a cabo e outras), redes de equipamentos (educação, saúde, cultura, esporte e lazer, etc.) e população atendida por rede de água, esgotos e drenagem.

### 10. MAPAS DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Atividades em expansão ou em retração, não só em termos de número de empregos e de empresas, mas de sua participação na composição da receita do município.

### 11. DINÂMICA IMOBILIÁRIA

Analisar o mercado imobiliário, tendências em curso (áreas em retração, em expansão, entre outras) e novos produtos imobiliários.

### 12. LEGISLAÇÃO

Levantar a legislação urbanística, leis de uso do solo, parcelamento, códigos de obras, posturas ambiental e patrimonial nos âmbitos municipal, estadual e federal, que incidem no município.

### 13. ESTUDOS EXISTENTES

Levantar planos, estudos e projetos sobre o município, seus problemas, locais integrados, sociais, econômicos, demográficos, ambientais; potencialidades e vocação.

Na segunda etapa foi realizada a vetorização e todo o mapeamento da cidade, que através de dados obtidos nas secretarias municipais, poder legislativo, leis municipais e federais, como também, imagens obtidas por satélite com o auxílio do Programa Google Earth. Assim, essas imagens eram capturadas em uma altitude específica para que houvesse padrão e uniformidade nas imagens, posteriormente foram colocadas em um Software com vasta utilização no setor de arquitetura e engenharia (AutoCAD) para que

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



procedesse a vetorização, com as imagens colocadas no programa e organizada conforme o mapa da cidade, foram traçadas as vias, os bairros, assim como os lotes, os rios/açudes. Portanto, o resultado desta atividade pode ser demonstrado na Figura 3. Vale ressaltar que esse mapeamento atual da cidade, que servirá para a classificação e as demais atividades no decorrer da elaboração do Plano Diretor.

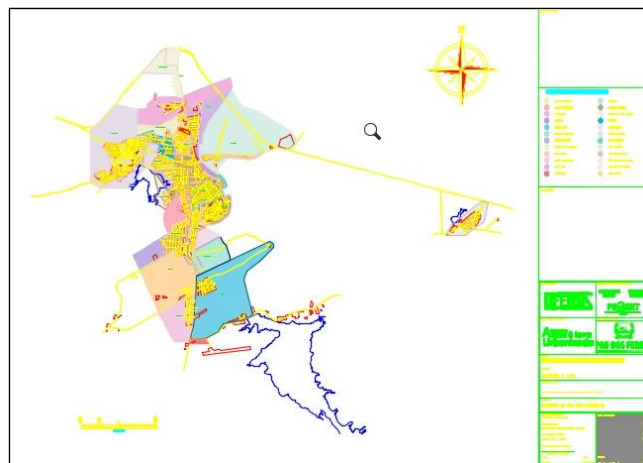


Figura 3: Vetorização de Pau dos Ferros/RN.

Fonte: Programa Acesso à Terra Urbanizada (2016). Adaptada.

A elaboração desse documento encontra-se na etapa de discussão dos temas abordados pelo Plano Diretor Participativo por meio de audiências públicas. Sabe-se que audiência pública é a intenção de coadunar interesses da sociedade e do poder público. Foi realizada nesse mês de julho de 2015, na câmara municipal a 1ª audiência relacionada ao plano diretor participativo. Nela se fez presente à seção: gestores municipais, membros do núcleo gestor (formado por representantes de instituições locais e pessoas influentes) e a população no geral, como ilustrado na Figura 4. Foram apresentados temas relacionados a mobilidade urbana, infraestrutura, economia, cultura, entre outros; com intenção de capacitar e mostrar a situação em que se encontra a cidade diante a esses temas, à comunidade presente. E em seguida aberto ao público para recebimento de sugestões e críticas, na qual poderiam ser apresentadas para análise e incluídas no Plano Diretor Participativo.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 4: Audiência pública na câmara municipal.

Fonte: Acervo dos autores, 2015.

Um dos desafios encontrados para que essa audiência acontecesse foi fazer com que a população fosse informada e o máximo número de pessoas comparecessem. Elaborou-se um plano de marketing e o evento foi divulgado em carros de som, programas de rádio, redes sociais e por meio de panfletagem. Houveram entrevistas com alunos envolvidos no projeto em rádio local, participação em stands em feiras locais, mas que abrange um público regional. Todavia, a panfletagem foi a divulgação mais eficaz por conta do contato direto com a população. Na qual, foram distribuídos panfletos sobre o Plano Diretor Participativo pelo centro da cidade (Figura 5) em uma ação organizada pelo Programa Acesso à Terra Urbanizada em prol da eficiência da divulgação, pois a finalidade do Plano Diretor Participativo é a participação e interação da sociedade no geral com a elaboração do documento. Assim, durante as entregas dos panfletos eram feitas abordagens, explicações e o convite era feito para a audiência.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 5: Panfletagem.

Fonte: Acervo dos autores, 2015.

## 4. Conclusão

Durante a execução das atividades do Plano Diretor, o projeto de extensão permitiu a construção de perspectivas sobre a profissão de alunos que participam exercendo atividades; cria ou edifica a identidade profissional. Estas atividades estão relacionadas à sociedade e contidamente estão vivenciando novas experiências que propõe não só acumular experiências adequadas, mas, globalizar experiências necessárias. São situações em que devem ter nesses futuros profissionais para traçar uma grande carreira profissional.

Ainda que, durante várias etapas do trabalho existe o contato direto com a população e com diversas opiniões expostas por ela, o que possibilita adquirir uma visão mais ampla e crítica de problemas, tornando profissionais mais tolerantes e comunicativos, fazendo assim entender as necessidades da sociedade mais profundamente, engando-se como cidadão que se faz presente na construção social.

## 5. Referências

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; As cidades (inter) médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2013. **Anais...** Recife. 2013.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **CIDADES@**: Rio Grande do Norte – Pau dos Ferros. Disponível em:  
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240940>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

O ESTATUTO DA CIDADE: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary / organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.: il.

PROGRAMA ACESSO À TERRA URBANIZADA (Brasil. Ministério das Cidades). Plano diretor participativo/ Almir Mariano de Sousa Junior, Daniela de Freitas Lima, Eduardo Raimundo Dias Nunes, Francisca Joanna Geslla Silva, Manoel Mariano Neto da Silva, Messias Fernandes Neto. Mossoró: Edufersa, 2015.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007. 122p.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

